

A Participação da Organização das Nações Unidas (Onu) no Conflito Palestina-Israel: uma Análise A Partir do Discurso do Secretário-Geral Da Onu, António Guterres¹

Débora Teixeira Espinoça²

UEMS

Marlon Leal Rodrigues³

NEAD/UEMS

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar alguns discursos acerca da participação da “Organização das Nações Unidas” (ONU) na Questão Palestina. A pesquisa de cunho qualitativo teve como corpus o discurso do secretário-geral da ONU, Sr. António Guterres, pronunciado durante a reunião do “Conselho de Segurança da Organização”. Para esse fim, tomou-se como principal base teórica os estudos voltados para a teoria da Análise do Discurso (AD) considerando as reflexões de Eni P. Orlandi. Considerando a posição sujeito, como Secretário-Geral, António Guterres enquanto representante das ideologias institucionais da ONU, esclarecidas na Carta Magna. Para efeito de análise, a metodologia do artigo foi desenvolvida de forma a permitir uma análise descritiva do funcionamento da linguagem a partir do corpus. Com base nos recortes do discurso, o método optado consiste em analisar os fatores sócio-histórico-culturais e ideológicos entre os períodos de 1880 - 1968 que influenciaram e influenciam nas decisões sobre o presente conflito. Por fim, o artigo é concluído destacando as consequências enquanto efeito de sentido das ações tomadas.

Palavras chaves: Oriente Médio, Organização das Nações Unidas, Discurso, Secretário-Geral.

Abstract: This article aims to analyse some discourses concerning the United Nations' (UN) involvement in the Question of Palestine. The qualitative research focuses on the speech delivered by the UN Secretary-General, António Guterres, during a meeting of the UN Security Council. Therefore, the primary theoretical framework is based on Discourse Analysis (DA), particularly the reflections of Eni P. Orlandi. Considering Guterres' subject position as Secretary-General, he represents the institutional ideologies of the UN as articulated in the Constitution. For analysis purposes, the methodology applied allows for a descriptive analysis of language functioning using the speech as a corpus. Based on the excerpts from the speech, the chosen method involves examining the socio-historical, cultural, and ideological factors from 1880 to 1968

¹ Artigo produzido com a coorientação do Prof. Me. Valter Souza da Silva. Doutorando em linguística pela UNEMAT – Cáceres MT. E-mail: valter.silva@unemat.br

² Discente do 2º ano do curso de Bacharelado em Letras, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: deboratei770@gmail.com

³ Professor Doutor compõe o quadro efetivo da UEMS. Docente do Mestrado Acadêmico em Letras e Coordenador do Mestrado Profissional PROFLetras da UEMS de Campo Grande MS. E-mail: marlon@uems.br

that have influenced and continue to influence decisions regarding the current conflict. As so, the article concludes by highlighting the consequences as a meaning effect of the actions taken.

Keywords: Middle East, United Nations, Discourse, Secretary-General.

Introdução

Os conflitos armados culminantes na Primeira Guerra Mundial (28 de julho de 1914 – 11 de novembro de 1918) e Segunda Guerra Mundial (1 de setembro de 1939 – 2 de setembro de 1945) resultaram em grandes catástrofes mundiais, tornando a política internacional polarizada e instável. Desse modo, surge a necessidade da criação de uma nova organização multilateralista que promovesse a paz e prevenisse novos confrontos, visto o desmanche da Liga das Nações⁴. No contexto apresentado ocorre a formação da Organização das Nações Unidas, tendo como marco de fundação a Carta das Nações Unidas, assinada em 26 de junho de 1945 e que entrou em vigor em 24 de outubro do mesmo ano (ONU, 2007). Também referenciado como Carta Magna, o documento contém os princípios e objetivos da organização, como contido em seu preâmbulo:

Nós, os povos das nações unidas, resolvidos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla. (ONU, 1945, p.1)

O trecho apresentado retrata os sete pilares ideológicos da ONU - será desenvolvido posteriormente -, que em geral são voltados à igualdade, progresso e

⁴ Organização precedente a ONU, formada a partir do Tratado de Versailles e a primeira de cunho universal que tinha por objetivo a manutenção da paz.

preservação da paz, dos direitos humanos e do meio ambiente, retomados pelo atual Secretário-Geral, António Guterres. Deste modo, o presente artigo toma como *corpus* o discurso de Guterres produzido durante a reunião do Conselho de Segurança, considerado para a organização um de seus mais importantes órgãos, tendo como responsabilidade a manutenção da paz e da segurança mundial (ONU, 1945, p.18). Nesse sentido, a convocação do dia 24 de outubro teve como um dos principais tópicos de debate as tensões no Oriente Médio, atualmente centradas no conflito entre Israel e Palestina. Vale destacar o ponto responsável por trazer a pauta à tona sendo o dia 7 de outubro, pois pode-se dizer que o evento desencadeia mais um dos muitos conflitos entre os citados países, como os demais, não centrado somente no Oriente Médio, porém, mesmo que “por baixo dos panos” ou declaradamente, com envolvimento mundial; assim, reconhece-se o confronto como global, histórico, social e cultural, exigindo uma abordagem que englobe estas características. Dito isto, antes de seguir para os objetivos da pesquisa propriamente ditos, se faz necessário certa contextualização sobre a teoria da qual o artigo se vale.

De acordo com Mussalim (2012, p.113-114), em uma época fortemente influenciada pelas teorias estruturalistas - cujo estudo se centra propriamente no sistema da língua e suas regularidades - surge em meados da década de 1960, na França, uma teoria crítica da linguagem: a Análise do Discurso. Ainda referenciando a autora, considera-se como precursores da AD o linguista Jean Dubois e o filósofo Michel Pêcheux que, apesar das áreas de atuações distintas, partilham de um interesse pelo social, em específico, o campo marxista e político. “É, pois, sob o horizonte comum do marxismo e de um momento de crescimento da Linguística — que se encontra em franco desenvolvimento e ocupa o lugar de ciência piloto — que nasce o projeto da Análise do Discurso.” (Mussalim, 2012, p.114)

Eni P. Orlandi (2009, p.58) em sua obra “O que é Linguística?” destaca ao dissertar sobre a origem da AD a existência de uma teoria descritiva e uma teoria explicativa sobre a linguagem, sendo estas respectivamente o Estruturalismo e o Gerativismo, mas a ausência de uma teoria crítica. Nesse contexto, a AD preenche a lacuna apresentada haja vista que trabalha com a relação entre linguística e a exterioridade.

A noção de discurso desloca a reflexão para além da dicotomia língua/fala ou competência/desempenho. A língua não aparece como sistema abstrato (ideologicamente neutro) ou como código (com função puramente informativa). Há também uma recusa da noção de competência, já que esta supõe que os locutores, que em Chomsky são ideais, não têm nem história nem inconsciente. (Orlandi, 2009, p.59)

Portanto, é com base nesta *teoria crítica da linguagem*, a qual não considera apenas os fatores internos à língua, que o presente artigo se propõe a analisar as condições de produção do discurso do Secretário-Geral da ONU e, por conseguinte, os fatores sócio-histórico-culturais envolvidos no conflito entre Israel e Palestina e o papel da Organização das Nações Unidas no conflito no Oriente Médio.

Acontecimentos sociais, históricos e culturais

A fins de contextualização, o artigo se propõe a recuar para os anos da oitava década de 1800 período no qual, de acordo com o projeto AICE (s.d., p.1) ocorreu a primeira grande onda migratória para o território Palestino, conhecida como primeira Aliá. Estima-se que cerca de 25.000 a 35.000 mil judeus imigraram para a Palestina Otomana entre os anos de 1882 a 1903. Grande parte destes, em fuga do Império Russo pela perseguição, posteriormente nomeada como “pogrom”, após o suposto envolvimento de judeus na morte do Czar Alexandre II. Ao chegar à Palestina, os imigrantes judeus se dedicaram a adquirir e cultivar terras, formando pequenas comunidades, as kibutz. Anterior a este fato, a população judaica na palestina girava em média 4% da população total.

Como financiadores da imigração, é imprescindível não destacar o movimento sionista: “O Sionismo é um movimento político que se manifestou no final do século XIX, através da comunidade judaica europeia, que defendia a “restauração” de um Estado judeu independente.” (Abreu, 2021, p.1). Ainda nos estudos da autora, deste movimento, com o primeiro teórico do Sionismo, Moses Henss, nasceu o principal e recorrente argumento para a formação do estado de Israel: a perseguição judaica e o recorrente antissemitismo na Europa. Anos após Henss, entra em cena o considerado pai do

Sionismo moderno e jornalista austro-húngaro: Theodor Herzl. Nesse ponto se repete o argumento de Henss, o povo judeu não teria um lugar pelo mundo, era necessário a criação de um Estado. Mas, onde? Em território Palestino e somente. A restrição de local derivou da questão histórica e religiosa, visto a forte ligação do povo judeu com o território. Contudo, território já ocupado a séculos por árabes, povo este desconsiderado pelo movimento Sionista da época. Fato que fica claro ao trazer o slogan criado por Israel Zangwill “uma terra sem povo para um povo sem terra.”.

Nesse período, o território em questão ainda pertencia ao Império Otomano e, assim seguiria até o ano de 1920, com sua queda durante a Primeira Guerra Mundial. Posterior ao conflito, o território é deixado sob administração inglesa. Porém, este era cobiçado muito antes: entre o período de 1914 e 1918, na busca da conquista o governo inglês recorreu ao auxílio dos povos Árabes, construindo relações através de cartas entre Emir de Meca, Hussein Bin Ali, e o alto comissário britânico no Cairo, Henry McMahon. Essa troca se deu entre os anos de 1915 e 1916. Em simultâneo, a aproximação se deu com o povo Judeu da mesma forma, porém essa culminou na declaração de Balfour em 1917:

His Majesty's Government view with favour the establishment in Palestine of a national home for the Jewish people and will use their best endeavours to facilitate the achievement of this object, it being clearly understood that nothing shall be done which may prejudice the civil and religious rights of existing non-Jewish communities in Palestine, or the rights and political status enjoyed by Jews in any other country. (Balfour Declaration, 1917)

A presente declaração durante muito tempo foi usada pelo movimento Sionista para justificar a criação de um estado de Israel. Contudo, ao analisar o próprio slogan do movimento, pode-se dizer que tanto o lado extremista do movimento, quanto a declaração do país europeu, tomando como base para afirmação a análise realizada por Edward Said em seu livro *The Question of Palestine*, não considerou a opinião das “comunidades não judaicas” presentes em mesmo território. Por este motivo, a insatisfação cresceu cada vez mais com o passar dos anos, transbordando por completo em 1936.

Em seu livro *A revolta de 1936-1939 na Palestina*, o escritor Ghassan Kanafani retoma possíveis eventos que estudiosos imaginam ser a centelha que acende a revolta, um deles no dia 19 de abril de 1936. De acordo com o historiador, um grupo desconhecido atacou 15 carros no trajeto entre Anabta, atual cidade ao norte da Cisjordânia, e a prisão de *Nur Shans*. Sem distinção entre judeus e árabes, o grupo roubou os passageiros: “um dos três membros fez um breve discurso aos palestinos-árabes e declarou: “nós estamos roubando seu dinheiro para que possamos lutar contra o inimigo e defendê-los.”” (Kanafani, 2015, p.68). A revolta durou entre os anos 36-39 do mesmo século e incluiu a participação do povo árabe independentemente da classe social. As demandas da revolta deixam mais do que claro a consequência da declaração de Balfour na medida em que reivindicavam o fim da migração judaica e a criação do Estado Árabe. Com o fracasso da revolta, o movimento nacionalista árabes perde força enquanto no mesmo ano tem início a Segunda Guerra Mundial.

Aqui talvez resida o impulso final para a criação do estado de Israel: o aumento significativo do antissemitismo Europeu e a *Shoah* ou Holocausto, um dos maiores massacres presentes na história da humanidade. Mesmo ao fim da guerra, quando reveladas as atrocidades cometidas pelo partido nazista desde exclusão, perseguição e assassinato que mesmo hoje não se sabe o número exato de vítimas, foi um dos eventos que impulsionou a criação da ONU, o direito internacional humanitário e do estado de Israel. Com as demandas de ambos os lados, pode-se pensar que a solução final para o conflito se encontraria na criação de dois estados. Mesmo hoje esse pensamento se mantém como retomado no discurso de António Guterres (2023, p.4-5):

Mesmo neste momento de perigo grave e imediato, não podemos perder de vista a única base realista para uma paz e estabilidade verdadeiras: uma solução de dois Estados. Israelenses precisam ver materializadas suas necessidades legítimas de segurança, e os palestinos precisam ver concretizadas suas aspirações legítimas por um Estado independente, de acordo com as resoluções das Nações Unidas, o direito internacional e os acordos anteriores.

Não se pode deixar de pensar que aqui que os acordos anteriores citados pelo secretário-geral, incluem o acordo de partilha proposto de 1947. A proposta, nomeada de 181, foi pensada pela ONU após a Inglaterra, já indesejada no território Palestino, entregar a questão à organização internacional. A proposta foi levada à Assembleia Geral e votada no dia 29 de novembro de 1947, bem como nos tempos atuais, a votação foi conduzida por um brasileiro: Oswaldo Aranha. Na melhor das hipóteses previstas, a aprovação da proposta com 33 votos a favor, incluindo Estados Unidos, 13 contra e 10 abstenções, incluso Inglaterra, deveria resolver a questão. No entanto, não, visto a recusa do povo palestino a aceitar o plano desigual. O plano de partilha previa a atribuição de 55% do território Palestino para Israel e somente 44% do território seria destinado a criação de um Estado Árabe, mesmo que este povo representasse 2 terços da população. Além de isolar os povos Árabes nos extremos do território, para migrar de território seria necessária uma passagem por Israel.

Apesar da clara rejeição por parte dos líderes árabes, no dia 14 de maio de 1948, mais precisamente às 4 horas da tarde, David Ben-Gurion declarou a independência e fundação do estado de Israel. Por consequência desse ato, mais uma guerra teve início: a Guerra da Independência ou Primeira Guerra Árabe-Israelense na qual, menos de 24 horas após a declaração, os povos árabes realizaram uma aliança visando a derrota do recém-criado estado. A fim de não se prolongar mais que o necessário, esta não será abordada por completo, mas é importante destacar seu resultado. Cerca de 15 meses após seu início, a guerra foi vencida por Israel que anexou ao seu território mais de 20% do inicial, previsto pelo plano de partilha da ONU.

Saltando anos no tempo, o pronunciamento de Guterres implica que a “ocupação sufocante” contra os povos árabes teve início 56 anos no passado, tempo da guerra de seis dias. Nesse tempo, o Egito mobilizou tropas para a fronteira norte com Israel e, considerando o bloqueio do estreito de Tiran, o Estado de Israel lançou um ataque aéreo preventivo do dia 5 de junho de 1967, em simultâneo atacando a Síria e a Jordânia. Como resposta Egito, Síria e Jordânia se uniram. Não demorou mais de seis dias para que sob pressão norte-americana e soviética um acordo de paz fosse negociado. Assim, como vencedora da guerra Israel conquistou por completo a cidade de Jerusalém, Sinai, a Faixa de Gaza, as Colinas de Golã e a Cisjordânia, expandindo ainda mais seu território.

O Discurso de António Guterres

Como citado nas seções anteriores, o presente artigo tem por objetivo analisar os trechos do discurso do Secretário-Geral da ONU e suas condições de produção. No entanto, o que viria a ser considerado discurso? Orlandi (2009, p.60) define o termo como o efeito de sentido entre interlocutores, o que implicaria não apenas uma transmissão de informações, mas na relação da língua com a exterioridade, tida também como as condições de produção do discurso. Sobre este, a autora destaca que:

[...] Eles compreendem fundamentalmente o sujeito e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória “aciona”, faz valer, as condições de produção é fundamental [...] Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem contexto sócio-histórico, ideológico. (Orlandi 2010, p.30)

Nesse sentido, destaca-se como contexto imediato de produção do discurso o sujeito enunciador em sua posição de Secretário Geral, a situação na qual foi enunciado, ou seja, a reunião do Conselho Geral da ONU e as crescentes tensões no Oriente Médio fruto do conflito do dia 7 de outubro de 2023. Já, ao falar do sentido amplo, cabe adicionar a análise a relação que cada Discurso estabelece com Discursos anteriores alhures (Orlandi, 2010). Exemplificando, o Discurso do Sr. António Guterres remete aos da ONU, que remetem aos pós Segunda Guerra, que remetem aos demais Discursos e assim por diante, ou seja, a interdiscursividade:

[...] Este é definido como aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. (Orlandi, 2010, p.31).

Nesse contexto, o sentido amplo do discurso fora apresentado anteriormente no segundo tópico do presente artigo, Acontecimentos sociais, históricos e culturais, com exceção do ideológico. Portanto, cabe ao presente tópico certa discussão sobre tal.

Para início de análise, tomemos o trecho: “Estou profundamente preocupado com as claras violações do direito internacional humanitário que estamos testemunhando em Gaza.” (Guterres, 2023, p.4) Apesar do leque de possíveis interpretações, é interessante destinar o foco na palavra: “estou”. Aqui retoma-se a interpretação de Orlandi (2010, p.29) na qual o sujeito discursivo é tido como uma posição entre outras que todo e qualquer indivíduo deve e pode ocupar. Portanto, ao falar o sujeito sempre o faz a partir de uma posição moldada pelas relações de poder da língua, capazes de influenciar o sentido pelo social, econômico, político e ideológico que o envolve. Em outras palavras, o sentido se relaciona com a posição que o sujeito ocupa ao (re)produzir seu dizer. No entanto, qual é propriamente a posição sujeito de António Guterres?

Considerando o apresentado, ao enunciar e fazer o uso da primeira pessoa do singular, pode-se dizer que António Guterres não o faz como si mesmo, mas a partir de um lugar estabelecido pelo social como representante da ONU. Ou seja, ao fazer afirmações e condenações é como se o secretário-geral falasse pela organização e os inúmeros países representados por essa.

Ademais, na Carta das Nações Unidas, a função de Secretário-Geral é descrita do artigo 97 ao artigo 101, sendo uma dessas: “O secretário-geral poderá chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacionais.” (ONU, 1945, p.57). Ou seja, ao enunciar António Guterres representa as ideologias e pensamentos da Organização das Nações Unidas.

Não se pretende aqui citar todo o discurso⁵, mas, precisamente, recortes. É importante destacar como primeiro trecho o seguinte: “Condenei inequivocadamente os atos de terror do Hamas em Israel no dia 7 de outubro.” (Guterres, 2023 p.2). Novamente

⁵ O discurso pode ser acessado na íntegra pelo link: <https://brasil.un.org/pt-br/250428-reuni%C3%A3o-do-conselho-de-seguran%C3%A7a-da-onu-sobre-o-orientem%C3%A9dio>

nos deparamos com a fala de Guterres em primeira pessoa, mas, como definido previamente, não se trata de uma condenação por parte do Secretário-Geral. A fim de contextualizações, retornamos até o dia 7 de outubro de 2023, data na qual a fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza foi rompida. Os ataques por água, terra e ar do grupo Hamas foram responsáveis por mais de 1,4 mil mortes para a parte Israelense - civis inclusos -, sendo considerado pela imprensa mundial o maior ataque terrorista pós 11 de Setembro.

No trecho anterior, o atual Secretário-Geral explicitamente condena os atos do grupo Hamas. No entanto, poucos após ele segue com o trecho que viera a tornar seu discurso “polêmico”, ao reconhecer possíveis causas para as ações na fronteira de Israel:

O povo palestino foi submetido a 56 anos de ocupação sufocante. Eles viram suas terras serem constantemente devoradas por assentamentos e assoladas pela violência; sua economia foi sufocada; seu povo foi deslocado e suas casas demolidas. Suas esperanças de uma solução política para sua situação estão desaparecendo. Mas as queixas do povo palestino não podem justificar os terríveis ataques do Hamas. E esses ataques terríveis não podem justificar a punição coletiva do povo palestino. (Guterres, 2023, p.3)

Nesse momento, é cabível trazer novamente Eni P. Orlandi (2010, p.34-35) e sua interpretação sobre os estudos de M.Pêcheux (1975). Segundo essa, existem duas formas de esquecimento ao produzir um discurso: esquecimento ideológico e esquecimento enunciativo. O primeiro pode ser resumido a ilusão de que somos propriamente a fonte do dizer, assim inconscientemente nos tornamos afetados pela ideologia. A fim de compreender este último, é possível retornar às bases da Análise do Discurso.

Fernanda Mussalim (2012, p.115) aponta para os estudos de Althusser e sua obra “Os aparelhos ideológicos do estado”, nos quais ele centra parte de seu interesse em uma teoria geral da ideologia, com estrutura no materialismo histórico na medida em que tem como ponto de partida a hipótese de que “[...] as ideologias têm existência material, ou seja, não devem ser estudadas como ideias, mas como conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção.” (Mussalim, 2012, p.115).

Ainda na interpretação de Mussalim, Althusser apresenta dois termos (ARE) e (AIE), respectivamente: Aparelho Repressivo do Estado e Aparelhos Ideológicos do Estado. O primeiro funcionaria através da violência e seria o que propriamente chamamos de Estado, enquanto o segundo complementa-o e é formado pelas instituições educacionais, religiosas e assim por diante. Desse modo, a ideologia só é compreensível na medida em que se entende o funcionamento dos AIE e seus discursos.

A linguística, então, aparece como um horizonte para o projeto althusseriano da seguinte maneira: como a ideologia deve ser estudada em sua materialidade, a linguagem se apresenta como o lugar privilegiado em que a ideologia se materializa. A linguagem se coloca para Althusser como uma via por meio da qual pode se apreender o funcionamento da ideologia. (Mussalim, 2012, p.116).

Na AD é no discurso que a ideologia, aquela que insere o homem na relação entre a linguagem e a exterioridade, se materializa. No sentido do objeto de análise do presente artigo, as ideologias da ONU além de afetarem o dizer, se materializam no discurso do secretário-geral de maneira que levam ao segundo esquecimento: aquele no qual o sujeito pensa que o dito só poderia ser daquele modo, o esquecimento da ordem do enunciativo. Esse proporciona a afirmação de que o modo de dizer está relacionado à construção de sentidos e a intenção do falante. Por esse motivo, ao responder ao discurso de António Guterres, na terça-feira (24 de outubro de 2023), o ministro de relações exteriores de Israel, Eli Cohen, cancelou a reunião que teria com o secretário-geral. Os motivos foram esclarecidos através do post na rede social “X”, antigo *Twitter*, no qual Cohen (2023, tradução própria) afirmou: “Eu não me encontrarei com o secretário-geral da ONU. Após o massacre de sete de outubro, não há lugar para uma abordagem balanceada. O Hamas deve ser exterminado da face da Terra!”⁶

Com a fala de Cohen é atestado que, a depender da ideologia, os efeitos de sentido são outros. Porém, enquanto essa é a interpretação do ministro de relações

⁶ Texto original: *I will not meet with the UN Secretary-General. After the October 7th massacre, there is no place for a balance approach. Hamas must be Erased off the face of the Planet!*

exteriores de Israel, ao Guterres dizer “ocupação sufocante” no trecho apresentado, apesar de existirem formas menos comprometedoras que talvez não permitissem a interpretação de Cohen, o esquecimento levou a exata escolha de palavras. Considerando o apresentado, surgem questões que podem vir a ser debatidas em demais estudos: se o sujeito é levado a ilusão de que não há outra forma de se dizer, quais os motivos que levaram António Guterres a essa escolha? Quais ideologias estão intrínsecas em seu Discurso? Diante as questões levantadas, há uma série de fatos, conceitos da própria e demais perguntas plausíveis de serem abordados a partir do *corpus*. Entretanto, estes carecem de uma abordagem mais extensa e profunda do que o presente estudo se propõe.

Conclusão

O presente estudo analisou o contexto de formação da ONU e suas ideologias. Foram também analisados os fatores históricos, sociais e culturais presentes no conflito entre Israel e Palestina. Ambas coincidiram com a teoria da Análise do Discurso - o artigo se valeu dos estudos de Eni P. Orlandi e contribuições de Fernanda Mussalim -, por se inserirem nas condições de produção do discurso de António Guterres estudada a partir nos recortes do discurso selecionado.

A partir da análise pode-se concluir que toda e qualquer negociação política, mediada ou não pela Organização das Nações Unidas, foi falha. O mais próximo de um acordo de formação de dois Estados foi desigual e não considerou as queixas de um dos lados, gerando guerras que destruíram a economia, o comércio, a moradia e a vida de dezenas de cidadãos árabes e israelenses. António Guterres retoma os direitos humanitários na atual guerra demonstrando que ONU agora tenta lidar com as consequências do acordo de 1948. Este, de certo modo, tem o impacto desconsiderado como pelo secretário-geral ao declarar 56 anos de ocupação sufocante, visto que toma a Guerra dos Seis Dias como o marco.

Vale ressaltar que o conflito atual, centrado especialmente no grupo Hamas, possui camadas não analisadas. Portanto, o presente artigo apesar de não analisar por completo a situação atual traz uma base social, histórica, ideológica e cultural, para futuras pesquisas.

Referências Bibliográfias

ABREU, Gabriela. O que é Sionismo? **Unipampa**. [s.d] ago. 2021. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/lehmai/o-que-e-sionismo/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

EDWARD W. S. **A questão da Palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. Tradução de: *The Question of Palestine*.

AICE. **Immigration to Israel: The first Aliya**. Disponível em: <https://www.jewishvirtuallibrary.org/the-first-aliyah-1882-1903>. Acesso em: 10 mai. 2024.

KANAFANI, Ghassan. **A Revolta de 1936-1939 na Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

MONTENEGRO, M. Viver e Trabalhar em Território Ocupado: a Palestina e seu povo. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n. 49, p. 135-149, Jan./Abr. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18906/12273>. Acesso em: 03 de dezembro de 2023.

ONU BRASIL. "Carta das Nações Unidas", Organização das Nações Unidas, 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em 31 out. 2023.

ONU BRASIL. "Reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre o Oriente Médio", 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/250428-reuni%C3%A3o-do-conselho-de-seguran%C3%A7a-da-onu-sobre-o-oriente-m%C3%A9dio>. Acesso em: 29 out. 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. **O que é linguística**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina [Orgs.]. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2012. v. 2, cap. 4, p. 113-165.

YALE LAW SCHOOL. **The Avalon Project: Balfour Declaration November 2, 1917.** Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/balfour.asp. Acesso em: 10 mai. 2024.

Para Citação:

ESPINOÇA Débora Teixeira e RODRIGUES, Marlon Leal. **A Participação da Organização das Nações Unidas (Onu) no Conflito Palestina-Israel: Uma Análise A Partir do Discurso do Secretário-Geral Da Onu, António Guterres.** In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 28, ISSN 1983-6740, Fevereiro/2025. Pp: 11-24. Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br>